DOI: 10.5418/RA2015.1116.0011

CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA METODOLÓGICA PARA MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DE MOBILIDADE URBANA: ESTUDO NO "TERRITÓRIO DO BEM" – BAIRRO SÃO BENEDITO – VITÓRIA/ES[1]

METHODOLOGY PROPOSED CONSTRUCTION FOR PARTICIPATORY MAPPING URBAN MOBILITY: STUDY ON "THE GOOD LAND" - SÃO BENEDITO NEIGHBORHOOD - VITÓRIA / ES

METODOLOGÍA CONSTRUCCIÓN PROPUESTO PARA MAPEO PARTICIPATIVO MOVILIDAD URBANA: ESTUDIO SOBRE "LA TIERRA BUENA" - SÃO BARRIO BENEDITO - VITÓRIA / ES

Talita Guimarães Fonseca de Pinho

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). MBA em Marketing - Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pós graduada em Auditoria, Perícia Ambiental, Judicial e Securitária - Universidade Castelo Branco. Especialista em Terceiro Setor.
Av. Fernando Ferrari, 514. CEF: 29075-910 - Vitória - ES, Brasil
E.mail: talita.guimaraes@icloud.com

Gisele Girardi

Doutorado em Geografia (Geografia Física/Cartografia) pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-doutorado (Educação) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora associada no Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e vinculada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado - em Geografia da mesma instituição.
Av. Fernando Ferrari, 514. CEF: 29075-910 - Vitória - ES, Brasil
E.mail: giselegirardi@ufes.br

RESUMO

Esta pesquisa objetiva organizar um procedimento metodológico para mapeamento participativo com foco na mobilidade urbana em áreas de alta densidade ocupacional e baixa infraestrutura, tomando como referência para o estudo o bairro São Benedito, localizado no município de Vitória/ES, em uma região denominada "Território do Bem". Para tanto, o presente estudo apresenta revisão bibliográfica sobre os elementos do espaço geográfico e suas forças existentes nesse bairro pertinentes para o desenvolvimento de mapeamento participativo, considerando os aspectos da região "Território do Bem"; discorre sobre o contexto real da comunidade do bairro São Benedito; sistematiza experiências de mapeamento participativo; e, propõe metodologia de mapeamento

[1] Estudo dissertativo realizado em prol do Mestrado Acadêmico, finalizado em 2015, e apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

participativo para mobilidade urbana. As entrevistas e observações na área em estudo foram realizadas com suporte e apoio da Organização Não Governamental "Ateliê das Ideias" e com parceria do Laboratório de Tecnologias Sociais, do Instituto Federal do Espírito Santo, no projeto "Mapa do Bem". A proposição metodológica construída foi discutida com atores sociais relevantes para a temática, com vistas à sua validação. Nos resultados obtidos com a pesquisa, constatou-se que ainda temos muito a evoluir para que o mapeamento seja realmente participativo e a inovação das tecnologias georreferenciadas colabora muito para tal fato. Propuseram-se, também, as sugestões de mobilidade na região do "Território do Bem" que possui uma população rica em contrastes e com participação ativa.

Palavras-chave: Elementos do espaço geográfico. Metodologia de mapeamento participativo. Mobilidade urbana. "Território do Bem" – Vitória/ES.

ABSTRACT

This research aims to organize a methodological approach to participatory mapping focusing on urban mobility in high density occupational and low infrastructure areas, making reference to study the São Benedito neighborhood, located in Vitória / ES, in a region called "Territory the Well. " Thus, the present study presents literature review on participatory mapping and on the elements of geographical space and its existing strengths in this neighborhood, relevant to the development of participatory mapping, considering aspects of "the Good Land" region; discusses the context of the communities it inserted; systematizing experiences of participatory mapping; and proposes participatory mapping methodology for urban mobility. The interviews and observations in the study area were carried out with support and support of the Non Governmental Organization "Workshop of Ideas" and in partnership with the Laboratory of Social Technologies, the Federal Institute of the Holy Spirit, the "Map Well" project. The constructed methodological proposal was discussed with relevant stakeholders for the theme, with a view to its validation. The results obtained from the research, it was found that we still have a lot to improve for the mapping to be truly participatory and innovation of georeferenced technologies contributes much to this fact. Proposed is also the mobility of the suggestions in "the Good Land" region with a rich population contrasts and active participation.

Keywords: Elements of geographical space. Participatory mapping methodology. Urban mobility. "The Good Land" - Vitória / ES.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo organizar un enfoque metodológico para la cartografía participativa centrada en la movilidad urbana en las áreas de infraestructura laborales y bajos de alta densidad, haciendo referencia a estudiar el barrio São Benedito, situada en Vitória / ES, en una región llamada "Territorio el Pozo ". Por lo tanto, el presente estudio presenta revisión de la literatura sobre la cartografía participativa y sobre los elementos del espacio geográfico y sus fortalezas existentes en este barrio,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

relevante para el desarrollo de la cartografía participativa, teniendo en cuenta los aspectos de la región "Tierra Buena"; analiza el contexto de las comunidades se inserta; sistematización de experiencias de cartografía participativa; y propone una metodología de cartografía participativa para la movilidad urbana. Las entrevistas y observaciones en el área de estudio se llevaron a cabo con el apoyo y el apoyo de la Organización No Gubernamental "Taller de Ideas" y en colaboración con el Laboratorio de Tecnologías Sociales, el Instituto Federal del Espíritu Santo, el proyecto "Mapa Bueno". La propuesta metodológica construida fue discutido con los actores relevantes para el tema, con miras a su validación. Los resultados obtenidos de la investigación, se encontró que todavía tenemos mucho que mejorar para el mapeo sea verdaderamente participativa y la innovación de las tecnologías georeferenciados contribuye mucho a este hecho. Propuesto es también la movilidad de las sugerencias de "la buena tierra" región con una rica contrastes de la población y la participación activa.

Palabras clave: Elementos del espacio geográfico. Metodología de mapeo participativo. La movilidad urbana. "La Buena Tierra" - Vitória / ES.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea proliferam experiências de mapeamentos participativos, sociais, comunitários, colaborativos, em suma, atividades de construção de mapas com o envolvimento da comunidade interessada.

Na década de 1960, no contexto da Ditadura Militar, surgiu o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que inspirou mais tarde as validações inseridas na Constituição de 1988, considerada Constituição Cidadã, por incluir a gestão social compartilhada como resposta à mobilização social de diferentes atores e naturezas que desejavam maior representação e participação na política.

Segundo Marques e Pereira (2011), com a nova concepção de democracia, ao tornar obrigatória a instalação de Conselhos Gestores e ao abrir prerrogativas para a abertura de outros canais de participação que facilitassem o compartilhamento entre sociedade e Estado na condução das políticas públicas, o Brasil nos últimos 30 anos vem reconhecendo que a prática participativa favorece a sustentabilidade das políticas públicas e do processo governamental. Com a inauguração deste novo ciclo e com o aumento de participações, atores da sociedade civil passaram a assumir a representatividade de grupos da sociedade. É este processo que marca a origem e expansão das Organizações Não Governamentais (ONGs) de diferentes modos de operação, articulação e pautas.

As ONGs articulam-se hoje tanto com o Estado quanto com o mercado e a sociedade civil, e, dessa forma, configuram o chamado terceiro setor e estão cada vez mais presentes na participação social, conforme aponta Vargas (2012).

Mesmo com todos os esforços e novas experiências democratizantes, a participação ainda é principiante nos espaços públicos, seja pela assimetria de condições de participação dos atores envolvidos, seja pela ausência ou insipiência de metodologias participativas, que faz com que, perante o pouco tempo e a dificuldade de organizar a quantidade de material produzido, o corpo técnico, que em tese atuaria como facilitador do processo, continuasse com uma abordagem tradicional, apenas tomando conhecimento ao invés de incorporar as demandas reais das comunidades, empobrecendo, assim, os resultados. Isso ocorre em várias instâncias em que a participação é requerida, mas focaremos a discussão no contexto urbano.

A constituição Cidadã deu maior autonomia aos municípios, mas exigiu deles a realização de Planos Diretores Municipais (PDMs). PDMs exigem mapas. No entanto, técnica prevalecente de mapeamento suscita algumas questões: comandados pelas

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

prefeituras, os mapeamentos participativos realizados nos planos seriam capazes de aumentar a capacidade de populações oprimidas interferirem e decidirem sobre os processos políticos que se desenrolam nas cidades? Ou seriam apenas mais uma forma utilizada por governos municipais para legitimar políticas e produzir consensos? O que seriam exatamente os mapas participativos, na medida em que há poucos registros das oficinas que os produziram? (NAME e NASCIF, 2013).

A esse respeito, Souza (2015) defende que a participação somente se concretizará à medida que se firmar um processo dialógico entre a comunidade e as autoridades. Segundo esse autor, trata-se de uma tendência empreendedora comunicativa, de modo que a as opiniões sejam ouvidas e consideradas pelo Estado, não bastando tão somente serem ouvidas, mas devem ser rigorosamente seguidas.

No âmbito brasileiro, Souza (2009, p. 34, grifo nosso) apresenta a seguinte discussão:

> "[...] A partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do país, o termo participação passou a ser utilizado como palavra-chave, especialmente para dar legitimidade às ações realizadas por organizações e instituições políticas e sociais, assim como outras, em seu devido tempo, passou a ser utilizada como palavra mágica. Aquela que serviria para qualquer ocasião e solucionaria qualquer problema. Essa dinâmica serviu, em primeira instância, para **controlar a participação do povo nas decisões** e debates mais importantes" [...].

O autor citado enfatiza que o conceito de participação, no âmbito dos processos de diagnósticos e planejamentos participativos, pressupõe divisão de poder no processo decisório, passando pelo controle das partes sobre a execução e a avaliação dos resultados pretendidos. Ou seja, participar, nesse caso, é tomar parte das decisões e ter parte dos resultados.

Tanto os PDMs como os mapas são objetos técnicos intimamente ligados ao poder do Estado e sua soberania sobre o território. Por sua vez, a elaboração de mapeamentos participativos requer a instituição de metodologias participativas, as quais devem proporcionar clareza, definição de papéis e outras demandas para que esse "jogo" de poder seja minimizado. Uma dessas demandas é o estudo e proposição de metodologias que auxiliem a compreensão dos processos e formas espaciais.

As metodologias de mapeamento participativo são ferramentas que podem proporcionar o desenvolvimento do capital social e o empoderamento de pessoas historicamente excluídas das decisões políticas (CORDIOLI, 2001). Segundo esse autor, essas metodologias não estão associadas tão somente, ao desenvolvimento dos territórios, mas constituem também, instrumentos que favorecem princípios democráticos, pois possibilitam uma melhor compreensão das dimensões políticas, sociais, econômicas, ambientais e culturais das comunidades e dos municípios, com o que se pode construir contextos de participação e tomada de decisões que apontem para a busca do desenvolvimento.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Em linhas gerais, metodologias de mapeamento participativo buscam estabelecer como devem ser consideradas as manifestações da população, como se dinamiza o fluxo dessas manifestações em conjunto com a viabilidade técnica, jurídica e econômica e como são tomadas as decisões. Tais metodologias podem ser aplicadas em diferentes contextos, seja rural ou urbano. No entanto, é preciso adequá-las de acordo com o público atendido, a questão envolvida e a realidade social.

Constatam-se na literatura, diversos estudos que propõem a aplicação dessas metodologias em diferentes contextos, inclusive nas cidades. Porém, há escassez de pesquisas que especificam uma metodologia para aplicação em comunidades informais[2] existentes nos grandes centros urbanos.

A elaboração de metodologia participativa em regiões informais é relevante, pois consolida os próprios princípios norteadores do mapeamento participativo, ao permitir maior aproximação das classes menos favorecidas com a gestão do espaço público. Assim, presume-se que a metodologia de mapeamento participativo deve ser clara e compreensível para a comunidade. Mapas realizados com Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) são, a princípio, precisos, georreferenciados e apoiados em processos de produção de conhecimento, intervenção na realidade ou formulação de normas. Mas, muitas vezes, esses mapas não são compreendidos pelas pessoas que não são técnicas.

É preciso enfatizar que os mapas não sejam considerados como instrumentos técnicos e nem engessados em procedimentos entendíveis apenas por alguns. É preciso que eles sejam construídos com base no conhecimento coletivo e sejam materializados ou disponibilizados de modo que todos os sujeitos participantes tenham capacidade de entendê-los, satisfazendo, assim, seus interesses individuais.

Trata-se, nesse caso, de conferir aos mapas uma função democrática e pluralista que conduz ao singular. Em suma, esses recursos cartográficos, para que cumpram suas reais funções devem, *a priori*, permitir a explicitação dos conflitos urbanos e regionais, conferindo oportunidade para que diferentes mapas e sujeitos mapeadores se expressem e participem das disputas socioespaciais (NAME e NACIF, 2013), fato esse que nos remete a entender o processo cartográfico como um conjunto de ações democratizantes a serviço do bem-comum e realizado de forma dinâmica e colaborativa. Sendo assim, a metodologia precisa considerar o perfil do público que habita a área, seus interesses, suas possibilidades,

[2] Refere-se a locais específicos das zonas urbanas, normalmente ocupados por pessoas de baixo poder aquisitivo, que habitam próximos a encostas sujeitas a deslizamento, ou em áreas ribeirinhas, locais alagadiços, lugares expostos à inundação etc. Essas pessoas enfrentam problemas decorrentes da falta de assessoria técnica na construção de moradias, além da falta de infraestrutura e de acessos a serviços públicos, como: abastecimento de água, de rede elétrica, de coleta de lixo e de tratamento de esgoto (DAVIS, 2006).

devendo-se, muitas vezes, incorporar à metodologia, etapas de formação e/ou capacitação na linguagem a ser adotada.

A questão central deste trabalho é entender o conjunto de atores em torno de um processo de mapeamento participativo, visando propor uma metodologia de mapeamento participativo focada no tema mobilidade urbana em contextos urbanos informais. Delimitou-se como referência para o estudo, o bairro São Benedito, localizado na região denominada de "Território do Bem", no município de Vitória, estado do Espírito Santo (ES), visando contribuições de caráter metodológico.

A escolha da área para estudo consolidou-se a partir de experiências profissionais prévias das autoras desta pesquisa, que já haviam atuado juntas à Associação Ateliê de Ideias (AAI), ONG que articula mobilizações e projetos no "Território do Bem", em atividades de elaboração, gestão e avaliação de projetos realizados. A partir dessa interação, foram realizados encontros com os líderes dessa instituição, juntamente com líderes da comunidade, que incentivaram a realização do estudo visando contribuir para minimizar alguns problemas existentes na região.

O "Território do Bem" compreende um complexo urbano formado por oito bairros do município de Vitória com extensão territorial de 1.773.640 m2 (177 hectares), população de 40.000 habitantes e a área está localizada próxima a importantes e movimentadas avenidas da referida cidade (Figura 1).

FIGURA 1 – Bairro São Benedito, no contexto do "Território do Bem" – Vitória – ES



Fonte: *Vilas Novas (2011).*

O bairro São Benedito foi o que apresentava melhores condições para a realização da pesquisa, embora a perspectiva do trabalho é que a metodologia seja aplicada nos demais bairros do "Território do Bem". A comunidade de São Benedito localiza-se na parte alta do Morro Grande de Vitória, frente à Avenida Leitão da Silva e perto de um dos bairros mais nobres da cidade (Praia do Canto). O bairro São Benedito possui aproximadamente 3.500 moradores e é uma localidade altamente adensada por construções residenciais de ocupação

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

espontânea, ou seja, sem planejamento do Poder Público, configurando, assim, um bairro com poucas áreas públicas formais. O acesso ao bairro, normalmente, é feito pela única rua larga por onde transitam carros, transporte público, pedestres e ciclistas. A circulação do bairro também é configurada por becos e escadarias estreitas (VILAS NOVAS, 2011).

A escolha da temática para o mapeamento participativo, mobilidade urbana foi feita conjuntamente com membros da AAI e lideranças comunitárias, considerando ser a mobilidade um grave problema enfrentado pelos moradores. O problema da mobilidade urbana é um tema muito discutido pela comunidade devido a um processo histórico já sofrido nessa área. Os morros em regiões mais centrais são procurados para ocupação em função da sua proximidade para se chegar ao trabalho, gastando-se menos tempo para o deslocamento, em geral por meio de transportes públicos.

O transporte é o único serviço insubstituível, já que a água encanada pode ser substituída por poço, o esgoto pela fossa, a luz pelos modernos lampiões ou geradores e a lenha ou carvão de madeira pode substituir o gás. Mas, quando a solução é o transporte coletivo, a única saída é deslocar-se a pé, o que acarreta perda de tempo e energia.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana[3], promulgada, em 2012, valida a noção de mobilidade urbana sustentável, propondo novas concepções ao expor que essa nova política compreende o conjunto de políticas de transporte e circulação, cujo objetivo é proporcionar o acesso amplo e democrático nas cidades, sendo necessário para isso viabilizar medidas que garantam modos não-motorizados e coletivos de transportes, de forma efetiva, de modo a não desencadear segregações espaciais, socialmente inclusivas e ecologicamente sustentáveis (BRASIL, 2012).

De acordo com Barandier Junior (2012, *apud* SILVA, 2014), atualmente, a atenção volta-se para o acesso às atividades e serviços urbanos, devendo a mobilidade urbana estar articulada com o planejamento do uso do solo, ser socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável. Ou seja, a mobilidade urbana passa a ser tratada como parte do sistema urbano e é elemento fundamental à promoção da equidade social.

É notório observar que nos investimentos públicos nas obras de infraestrutura a prioridade é para o transporte individual, e isso afeta todas as camadas sociais, acarretando problemas na circulação das pessoas, dos veículos, problemas no trânsito, dentre outros resultados impactantes. Os constantes congestionamentos nas rodovias dos centros urbanos, geralmente, é fruto da expansão e inflação imobiliária, pois as pessoas buscam

[3] Instituída pela Lei n. 12.587, de 03 de janeiro de 2012, essa política objetiva a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território dos municípios brasileiros (BRASIL, 2012).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

moradias mais baratas e seguras longe do centro. Mas, precisam de se deslocar diariamente para o local de onde vem sua renda, o centro. Isso causa a imobilidade urbana; uns em seus carros de luxo e outros em transportes coletivos apertados; todos passam uma parte da vida nos transportes (DAVIS, 2006).

Intervenções para a integração entre as áreas de ocupação informal ou favela[4] e a cidade tendo como foco a dimensão da mobilidade urbana são essenciais na definição das condições de vida nas cidades, e, segundo Silva (2014), contribuem para o desenvolvimento das cidades e um acesso democrático ao espaço urbano, o que está diretamente relacionado à qualidade de vida. No entanto, se por um lado, os projetos de reurbanização podem aumentar a autoestima dos moradores e gerar um sentimento de "inclusão", por outro, podem ser entendidos como mecanismos de imposição da "ordem formal" nos assentamentos ditos "informais" que não levam em consideração os prévios acordos tácitos e as especificidades existentes nessas áreas. O que está em questão e fará a diferença serão as estratégias e práticas adotadas pelo Poder Público no planejamento e condução dessas intervenções: se democraticamente participativas ou autoritárias.

De acordo com Rodriguéz (2011), é importante que as políticas de transportes sejam complementadas com projetos urbanos integrados que potencializem o investimento realizado para mobilidade, a fim de que haja uma transformação urbanística e social desses territórios que cresceram de forma não formalmente planejada e que carecem de suporte em todos os componentes urbanos para alcançar um desenvolvimento territorial.

No setor da mobilidade e acessibilidade urbanas, as dificuldades nessas áreas também eram e são ainda hoje enormes, seja pela precariedade do sistema viário, seja pela inexistência/precariedade de sistemas de transporte público formal no entorno da favela, e para o acesso de seus moradores ao entorno.

No início da formação do que hoje se conhece como "Território do Bem", a partir da década de 1960, além de pessoas, só cavalo subia, devido à escassez estrutural de vias que garantissem o fluxo de veículos. No intuito de ir para o centro da cidade ou outros bairros, por exemplo, era preciso deslocar-se a pé, até a Avenida Nossa Senhora da Penha a fim de acessar o transporte público. Segundo depoimento de morador da região:

[4] Segundo a definição adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 2002, favela está restrita às características físicas e legais de um assentamento e contempla as dimensões sociais: excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia. Dessa forma, nem todo pobre urbano é favelado e nem todo favelado é pobre (DAVIS, 2006, p. 33).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> "[...] o Sargento Carioca guardou muito pedaço de terra para fazer as ruas. Ele ficava vigiando alguns lugares para o pessoal não pegar e construir em cima. Assim, ele dava um jeito de garantir o caminho pro pessoal. O Sargento Carioca ajudou a distribuir terrenos para as pessoas, ajudou a fundar quase todos os bairros, as pessoas saiam abrindo picada atrás dele, construindo casa, poço e caminhos. Não havia ruas, só caminho de boi. Mais de 40 anos para conseguir uma rua. Após a rua Maria da Paixão chegou o ônibus" (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009).

Conforme relatado no estudo de Vilas Novas (2011), apesar das condições ainda precárias, o "Território do Bem" tem recebido recursos e melhorias nos espaços físicos e serviços básicos. Observa-se a elaboração de projetos e estudos desenvolvidos no sentido de melhorar a qualidade de vida dos moradores dessa região. A população reconhece os avanços, mas permanece mobilizada atuando em diferentes formas de lutas e organizações comunitárias. Preveem-se investimentos na melhoria da infraestrutura local, destacando a mobilidade urbana.

Convém destacar que a referida região apresenta problemas de ordem morfológica, principalmente no que se refere ao relevo inclinado, vias e becos apertados e não pavimentados, além de problemas sociais como consumo e tráfico de drogas, que significa um entrave efetivo às questões da mobilidade. É necessário considerar na metodologia participativa questões específicas da região na qual a metodologia será aplicada.

A partir dessa contextualização, este estudo objetiva organizar um procedimento metodológico para mapeamento participativo com foco na mobilidade urbana em áreas de alta densidade ocupacional e baixa infraestrutura, tomando como área focal de estudo o bairro São Benedito localizado no "Território do Bem".

Por decorrência, elaboraram-se os seguintes objetivos específicos: 1 – discutir, a partir de revisão bibliográfica e de análise de experiências, o mapeamento participativo, bem como os elementos do espaço geográfico como fundamento para o entendimento do contexto; 2 – analisar a realidade social das comunidades inseridas nessa região; e 3 - propor e testar metodologia de mapeamento participativo na região em estudo.

Como metodologia de pesquisa, optou-se por realizar duas modalidades: estudo bibliográfico, composto por uma revisão de literatura e análise documental, e estudo aplicado em campo, que envolveu observação realizada na comunidade e na AAI, tendo em vista o posicionamento dos habitantes bem como dos líderes comunitários, entrevistas com a comunidade, lideranças comunitárias e políticas e membros da AAI e acompanhamento/intervenção nas oficinas realizadas no âmbito do Projeto "Mapa do Bem", coordenado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Tecnologia Social, Trabalho e Educação no Contemporâneo, do Instituto Federal do Espírito Santo (LabTTEC-Ifes). Contou-se com

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

o apoio da comunidade, bem como da ONG AAI que foi a sede das oficinas, junto com o Fórum Comunitário "Bem Maior" e dos encontros para debates. Nesses encontros foram discutidos os problemas existentes na comunidade que, de alguma forma, interferem na mobilidade urbana e a intervenção da ONG e demais voluntários no sentido de propor melhorias por meio da construção, análise e interpretação dos mapas gerados conforme os anseios, desejos e expectativas da comunidade em questão.

ELEMENTOS DO ESPAÇO: APORTE PARA O MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

O mapeamento participativo requer uma negociação entre os atores e, desta forma, ainda que seja um objeto técnico, é também um agente da produção do espaço. Por essa razão, consideramos importante entender os elementos do espaço, conforme proposto por Milton Santos, visando sua incorporação na metodologia de mapeamento participativo.

Santos (2008) ressalta que o espaço socialmente produzido pode ser considerado do ponto de vista político como espaço geográfico, por se tratar de um lugar de coexistência, constituído por diferentes elementos da sociedade. Para ele, a diversidade de elementos e atores sociais que se relacionam de forma a produzir o espaço impõe que este seja considerado em sua totalidade. Adverte também sobre a possibilidade de dividi-lo para sua análise. Aponta que para isso, alguns critérios metodológicos devem ser considerados, como perfil da comunidade, a realidade social/cultural da população, dentre outros, com destaque especial para os elementos do espaço.

De acordo com Santos (2002), o interesse é captar como a sociedade escreve a sua história e como o espaço a influencia. "São os fatos referentes à gênese, ao funcionamento e evolução do espaço que nos interessam em primeiro lugar" (SANTOS, 2002, p. 147). O espaço, enquanto estrutura da sociedade, tem poder explicativo sobre ela, por ser capaz de agir e reagir sobre as demais estruturas da sociedade e sobre essa como um todo (SANTOS, 2008).

Oliva (2001) destaca o cuidado que se deve ter com a expressão "espaço social", por estar sujeita a empreendimentos diversos e também contraditórios. Argumenta que a expressão passa a ideia de que o espaço é anterior à sociedade e defende que seja entendido como componente social.

> "Ora, um espaço produzido pela sociedade não pode em termos lógicos, ser anterior a ela. Logo este espaço é construído pela sociedade, para seu funcionamento, e desde já, pelo menos neste sentido faz parte da sociedade" (OLIVA, 2001, p. 28).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Oliva (2001) também defende a ideia de espaço como parte da sociedade, com legitimidade cognitiva, no mesmo patamar que a economia e a política. Ressalta ainda que esse pensamento causa estranheza não só nas ciências em geral, mas também em alguns profissionais da Geografia. A partir dessa reflexão proposta pelo autor, é possível compreender o espaço enquanto parte ou elemento da sociedade.

Estrutura, forma, processo e função são definidos como categorias do método geográfico de acordo com Santos (2008), sendo "a forma" o aspecto visível de algo, "um padrão", a função "[...] a tarefa ou atividade esperada de uma forma", enquanto que estrutura "[...] é o modo como as coisas se organizam", e processo "[...] uma ação contínua que age e reage sobre os conteúdos do espaço". O ato de produzir, segundo o autor, é igualmente o ato de produzir espaço. Produção essa que pode ser entendida como "[...] utilização consciente dos instrumentos de trabalho, com um objetivo definido, que é o objetivo de alcançar um resultado pré-estabelecido" (SANTOS, 2002, p. 202).

> "O espaço sempre foi o *locus* da produção. A ideia de produção supõe a ideia de lugar. Sem produção não há lugar e vice-versa. Mas, o processo direto da produção, é, mais que as outras instâncias produtivas (circulação, repartição, consumo), tributário de um espaço determinado de território, [...] organizado por uma fração da sociedade para o exercício de uma forma particular de produção" (SANTOS, 2008, p. 81).

A ideia de totalidade do espaço proposta por Santos (2008) é também discutida por Steinberger (2006), que afirma que essa proposta comporta um novo patamar de análise, o qual permite apreender o espaço como o ambiente universal inserido na sociedade global. Apreende-se que esse elemento compreende o espaço total inserido na sociedade total. Para Santos (2012):

> "A totalidade é a realidade em sua integridade [...] A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens em sua realidade, isto é, em suas relações e em seu movimento. [...] o processo histórico é um processo de complexificação. Desse modo a complexidade se vai fazendo mais densa, mais complexa. [...] Toda totalidade é incompleta porque está sempre buscando totalizar-se" (SANTOS, 2012, p. 116-119).

Portanto, em uma análise espacial, devem-se considerar todos os elementos do espaço agindo conjuntamente. Assim, "A análise dos elementos como parte do processo de produção do espaço não poderá ser entendida se não for acompanhada do contexto social, o espaço é uma aglutinação de forma e conteúdo, e estes não se dão de forma igualitária nos lugares" (SALAROLI, 2013, p. 45).

Considerando que ocorre uma diversidade de elementos e de atores envolvidos no mapeamento participativo, como o Estado e a comunidade, representada pela sociedade civil organizada em ONGs, associações civis, sindicatos, centros comunitários de bairros,

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

movimentos sociais etc., para facilitar a análise do espaço, vamos dividi-lo segundo alguns critérios metodológicos, apontados por Santos (2008). Segundo esse autor, o espaço é constituído por cinco elementos, os chamados "elementos do espaço", que são: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas.

Os **homens** constituem as pessoas da comunidade que produzem e as que não produzem, mas que demandam trabalho, como crianças e idosos. Nas palavras de Santos (1987, p. 81):

> "Homens que tiveram a mesma formação e que têm as mesmas virtualidades, mas estão situados em lugares diferentes não tem a mesma condição como produtores, como consumidores e até mesmo como cidadãos. Dessa forma, cada lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular".

É importante considerar que, mesmo aqueles sujeitos que não exercem, por qualquer motivo, uma atividade ativa na sociedade, de modo a não contribuir com o processo produtivo, também se inserem nessa categoria apresentada por Santos (2008). O que os caracteriza como elemento do espaço social não seria, segundo Santos (2008), a contribuição com o processo produtivo, mas sim, a demanda que esse indivíduo exerce de um certo tipo de trabalho a outros. Esses diversos tipos de trabalho e de demanda são a base de uma classificação do elemento homem na caracterização de um dado espaço (SANTOS, 1987).

As **firmas**, segundo Santos (2008), produzem bens, serviços e ideias para a manutenção do sistema de produção capitalista. Uma forma presente na produção do espaço para a sobrevivência é o emprego, o qual através da produção do trabalhador permite a remuneração que paga suas despesas. Além do mais, as firmas em alguns casos tornam-se parceiras do Estado e/ou de outras instituições no planejamento e execução de ações (SANTOS, 2008).

As **instituições** são os mecanismos da sociedade na produção de "normas, ordens e legitimações" (SANTOS, 2008, p. 17). Nos países onde funciona o capitalismo monopolista de Estado as firmas se assemelham a instituições como salienta Santos (2012a, p. 35). Exemplifica-se com a forma de atuação das multinacionais e das grandes corporações que impõem regras internas de funcionamento, mas intervêm na criação de normas sociais que interferem até na própria economia. As funções das firmas e das instituições acabam se confundindo e se entrelaçando.

Relacionando o elemento firmas com instituições, Santos (2008, p. 16) explica que:

> "A demanda de cada indivíduo como membro da sociedade total é respondida em parte pelas firmas e em parte pelas instituições. As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e idéias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações".

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

O **meio ecológico** é a base estruturante da reprodução da vida, é um elemento que transforma coisas em objetos (SANTOS, 2012). E, ainda, para o referido autor, o meio ecológico é o grupo de territórios que sustenta o trabalho humano. A expressão "meio ecológico", em linhas gerais, não significa natureza selvagem ou natureza cósmica; significa a natureza já modificada.

Além disso, o meio ecológico sofre transformações à medida que o ser humano intervém sobre ele, modificando suas características naturais. É através das relações sociais e do crescimento das sociedades que o meio ecológico passa a ser impactado através da força produtiva e transformadora do homem. Assim, "a natureza primeira, como sinônimo de natureza natural, só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social, através da produção social" (SANTOS, 2008, p. 8).

A intervenção humana sobre o meio natural representa um grande fator a ser considerado quando se estuda o espaço geográfico da atualidade, sobretudo com as transformações acirradas oriundas da utilização de modernas tecnologias. Conforme discorre Santos (2008, p. 8), é a partir da ação humana sobre o espaço geográfico que tudo o que consideramos como natureza primeira já foi transformada. Esse processo de transformação, contínuo e progressivo, "[...] constitui uma mudança qualitativa fundamental nos dias atuais. E na medida em que o trabalho humano tem como base a ciência e a técnica, tornou-se por isso mesmo a historicização da tecnologia".

As **infraestruturas** são o trabalho materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos etc. No entendimento de Santos (2008), o espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos. Abertura de novas vias de acesso, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras (preço, moeda, impostos, etc.) levam a mudanças espaciais, do mesmo modo que a evolução "normal" das próprias estruturas, isto é, sua evolução interna conduz igualmente a uma evolução.

Casa, edifício, loteamento e bairro estão sempre mudando de valor relativo dentro da área onde se situam, mudança que não é homogênea para todos e cuja explicação se encontra fora de cada um desses objetos e só pode ser encontrada na totalidade de relações que comandam uma área bem mais vasta. Assim também é com os homens, as firmas e as instituições (SANTOS, 2008).

Milton Santos defende que o mais importante no contexto do espaço geográfico é o fato de que "[...] a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser medido na sua relação com os demais elementos e com o todo" (SANTOS, 2008, p. 9).

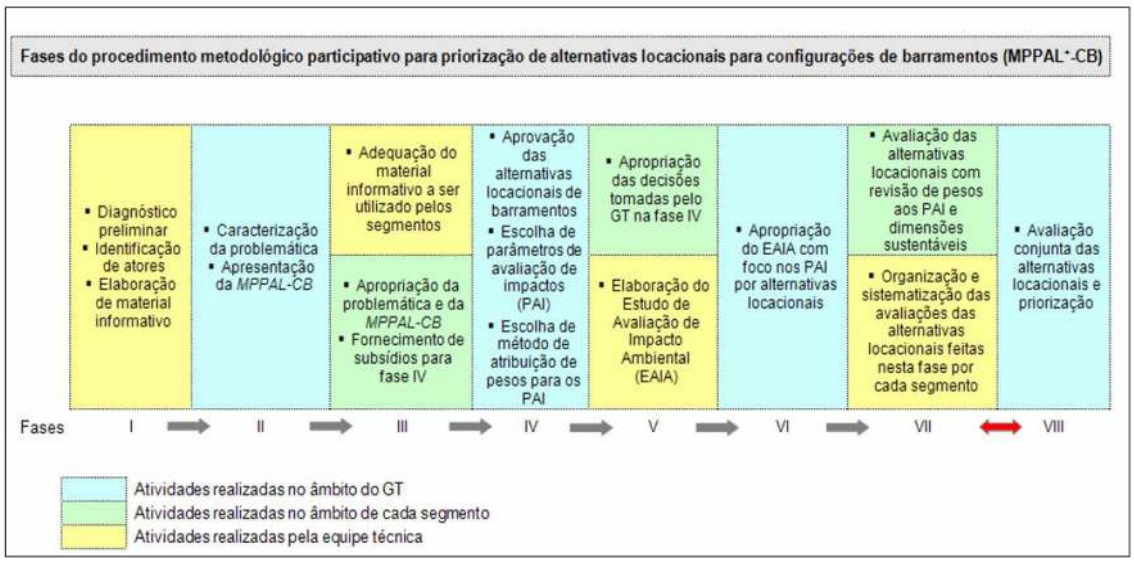
Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Os elementos do espaço, conforme apresentados, fornecem parâmetros importantes para todas as etapas do mapeamento participativo.

ESBOÇO METODOLÓGICO PRELIMINAR PARA O MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

Considerando a revisão de literatura realizada, investiu-se na construção de um esboço metodológico preliminar para o mapeamento participativo. Esse esboço foi inspirado na pesquisa de Pereira (2009), que propôs procedimento metodológico participativo para priorização de alternativas locacionais para configuração de barramentos (MPPAL-CB) (figura 2). O contexto pesquisado por essa autora refere-se à gestão de recursos hídricos, em que a localização de barramentos deve ser pensada para garantir o acesso à água para diferentes atores sociais.

FIGURA 2 - Fases do procedimento metodológico participativo para priorização de alternativas locacionais para configuração de barramentos (MPPAL-CB)



Fonte: *Pereira (2009).*

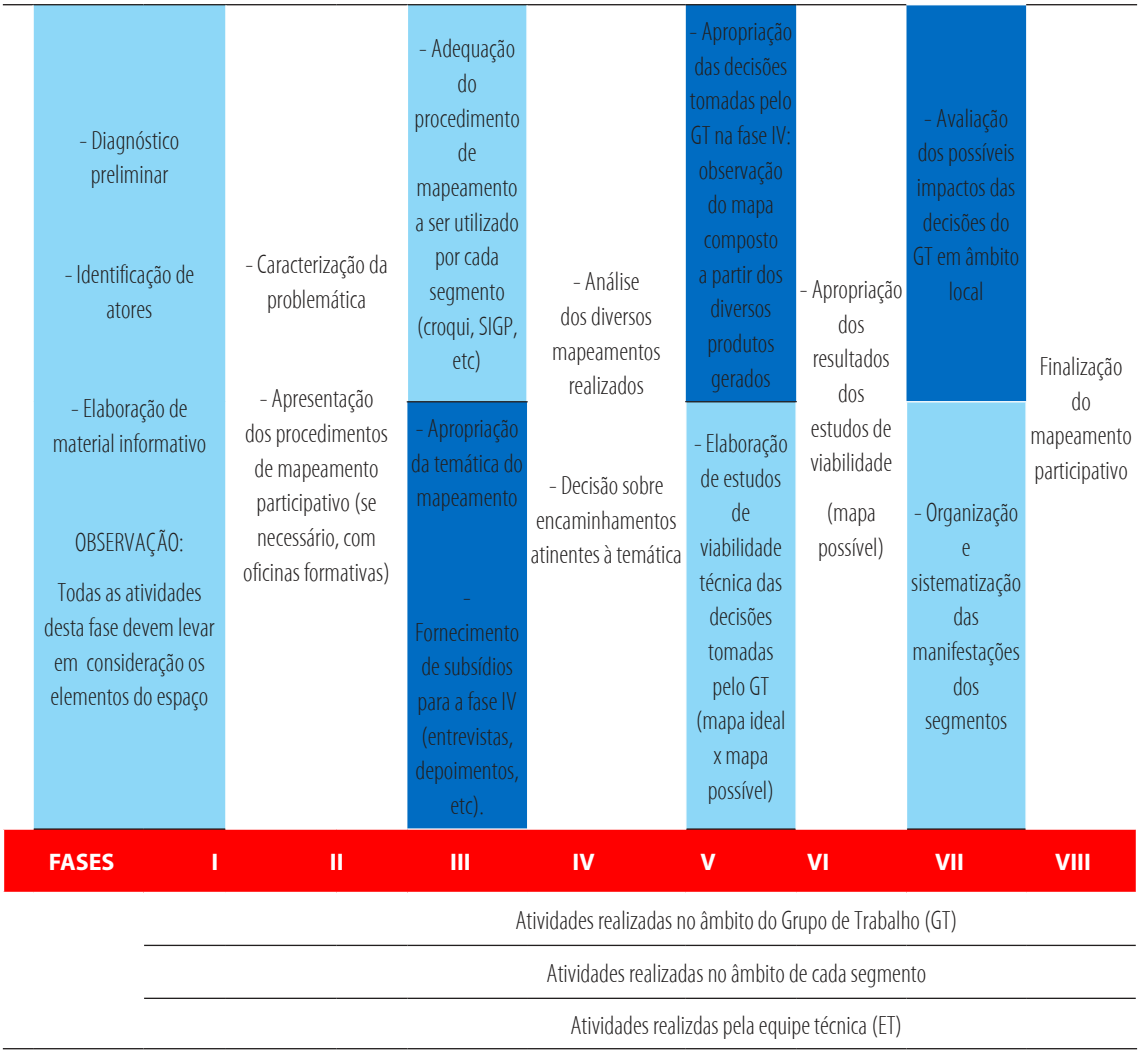
O modelo proposto por Pereira (2009) estabelece fases distintas do processo, demonstrando o conjunto de atividades que precedem a tomada de decisão, bem como distingue as atribuições e/ou momentos da participação de grupos de pessoas. Esses grupos são: equipe técnica, grupo de trabalho e segmentos. A equipe técnica é formada por especialistas e técnicos responsáveis pelos levantamentos, estudos de viabilidade e outras informações relevantes para embasar tecnicamente as decisões. Esse grupo é eminentemente executivo. O grupo de trabalho é formado por atores heterogêneos (*stakeholders*) tendo em sua composição representantes de todas as forças sociais interessadas na temática. O grupo de trabalho é o grupo que traça as ações estratégicas da metodologia, atuando na

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

mobilização dos segmentos e toma as decisões. Por fim, os segmentos, no caso do modelo apresentado, significam os segmentos previstos na legislação de recursos hídricos (usuários, Poder Público e sociedade civil organizada). Cada um desses segmentos possui distintos interesses e é no grupo de trabalho que esses interesses são apresentados e negociados. Deve-se atentar para a questão da representatividade no grupo de trabalho, pois as decisões impactarão a todos. Todas as regras (quem vota, quem e como representa, quem tem acento no grupo de trabalho, qual será a equipe técnica) devem ser previamente conhecidas e aceitas pelos envolvidos, de modo a garantir a legitimidade do processo.

O modelo de Pereira (2009), ainda que não se refira diretamente ao mapeamento participativo, mas sim à análise participativa multicriterial, auxiliou a compor uma proposta preliminar para mapeamento participativo, conforme expresso na figura 3.

FIGURA 3 – Proposição preliminar de metodologia para mapeamento participativo visando tomadas de decisões, com base no modelo de Pereira (2009)



Adaptação e organização da autora (2015).

A partir do estudo realizado, considerando as referências teóricas, sobre mapeamento participativo, sobre mobilidade em áreas de ocupação informal e somadas à observação e análise das informações da comunidade, bem como da vivência junto à experiência de oficinas realizadas na comunidade, propõe-se, a seguir, proposta metodológica para mapeamento participativo no bairro São Benedito. Essa proposta metodológica foi elaborada, sendo apresentada a seguir, e estando pronta para ser sistematizada e aplicada na comunidade estudada.

PROPOSTA DE METODOLOGIA DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO PARA MOBILIDADE URBANA EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO INFORMAL

A proposta metodológica apresentada neste estudo, semelhante ao estudo de Pereira (2009), é sustentada por oito fases, sendo essas norteadas por diversas atividades e ações. As fases propostas foram testadas, configurando-se por meio das realizações de oficinas na sede da ONG AAI. Além da comunidade do bairro São Benedito, outros participantes fizeram-se presente como alguns bolsistas do Projeto Mapa do Bem, funcionários da AAI e representantes da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV).

A seguir são expostas as diversas fases da metodologia propostas, assim como as diversas atividades que sustentam essas fases. Ao longo da apresentação do que foi constatado nas atividades, dialoga-se com a literatura a respeito de outras experiências realizadas com mapeamento participativo em regiões informais, bem como apresenta-se a avaliação da proposta realizada por membros externos.

No que se refere à **fase I**, essa será composta por atividades propostas abaixo e todas devem levar em consideração os elementos do espaço:

1. Diagnóstico preliminar/ levantamento de dados:

Milton Santos defende que o mais importante no contexto do espaço geográfico é o fato de que "a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser medido na sua relação com os demais elementos e com o todo" (SANTOS, 2008, p. 9). Isso fica claro no exemplo dado abaixo de o quanto o território é dinâmico e como os projetos e as várias propostas sugeridas e estudadas podem não ser mais viáveis em pouco tempo.

Sempre teremos que buscar quais são os projetos que já foram propostos, avaliados ou estão aguardando verba para serem consolidados. No bairro São Benedito, projetos como a Praça do Chafariz estão prontos na prefeitura aguardando verba para implantação (figura 4); outros terão que ser remodelados: como exemplo, temos a área da Unidade Pacificadora

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

da Polícia Capixaba (UPP) que inicialmente possuía o projeto abaixo (figura 5) na PMV, no entanto, esse projeto não foi executado e tende a ser revisto. As necessidades mudaram já que a UPP está ocupando um pedaço da praça e, portanto, a PMV está estudando as possibilidades de realocar os outros equipamentos. Agora, a polícia também é um segmento e tem a demanda de sair rápido. Então, não se pode ocupar com nada na frente. Terá que ser rediscutido com a comunidade e com a própria polícia. Acaba que tudo que é projetado tem que ser reavaliado, já que alguns demoram até cinco anos para e execução e mudam os atores envolvidos no processo, segundo a profissional técnica da PMV. Trata-se de um território dinâmico.

A respeito desses problemas apontados na fase 1, ao ser questionada, no momento da avaliação da proposta, a profissional da prefeitura declarou que às vezes as demandas que já estão aceitas pela prefeitura, mas não foram executadas, acabam perdendo força porque surgem outras demandas de grupos diferentes ou do mesmo grupo. Isso acaba enfraquecendo as demandas que já estavam mais concretizadas e o projeto acaba ficando "esquecido na gaveta".

FIGURA 5 – Da esquerda para direita: escadaria transformada em rampa, novo acesso ao Parque São Benedito, UPP Capixaba em parte da área de onde seria o campo de futebol projetado e projeto da PMV para o Parque São Benedito



Fonte: *Fotografia autora (2015)*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

FIGURA 4 – Proposta de implantação da Praça do Chafariz, corte esquemático e visualização da futura praça com suas escadarias de acesso. Abaixo, a Praça do Chafariz em 2015.



Fonte: *PMV (2013) e Fotografia autora (2015).*

Um dos problemas levantados na pesquisa foi a dificuldade de locomoção no bairro, que fica clara quando nas oficinas escutamos os depoimentos de moradores sobre a dificuldade de locomoção no bairro. A nomenclatura dada aos bairros pela comunidade e a oficial já demonstra a dificuldade que acontecerá ao adentrar nas ruas e becos. O problema dos Correios com o CEP:

> Morador B – "Ah [...]. O correio (não vai) Não [...]. Sim, alguns locais num tem rua; tem rua que tem dois, três CEPs, então aqui além de CEP diferente [...]. Deixa eu te dar um exemplo prático: o beco que a gente mora, eu e Marly mora, Rua do Cafezal, não é?".
>
> Agente – "É [...]. A prefeitura considera aquilo ali como Gurigica. Se perguntar para mim eu vou falar que moro em São Benedito, mas para a prefeitura ali é Gurigica; o correio também tem outros nomes".
>
> Morador B – "Isso se tiver CEP, agora os nomes pode ser que tenha confusão de nome aí [...]".

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A esse respeito, Silva (2014) destaca que a acessibilidade é uma das limitações que ocorrem nas áreas informais e é um fator preocupante, devido a um número expressivo de pessoas, principalmente idosos, obesos, crianças e portadores de necessidades especiais que residem nessas áreas e encontram dificuldades, por vezes intransponíveis, para se locomover. A dificuldade de mobilidade no São Benedito faz com que as pessoas que necessitam de ambulâncias e serviços de entrega também sofram com isso:

> Morador B – "A comunidade tem que ajuda a fazer isso, já tive que fazer isso, tem que levar a pessoa atéééé na ambulância, que só vai na principal. Às vezes tem gente que usa cadeira de roda e tem que fazer exame periódico, ou que são mais idosos e não podem sair de casa [...] Eu não sei como fazem com essas pessoas, mas dão um jeito. Não conheço muito bem essa realidade".
>
> Moradora C - "O gás foi entregar lá em casa, e tive que ir lá em cima buscar. Liguei e ele ficou perdido lá em cima".

Sendo assim, infere-se que a ausência ou duplicação de nomes, seja nas ruas e becos, assim como a não localização por CEP dificulta o estudo e entendimento da região, mas o tráfico também é responsável pela falta de mobilidade, pois esse é um dos motivos pelos quais os moradores ficam recolhidos à noite em suas casas e pelo desaparecimento do convívio social nas ruas. Dessa forma, segurança também se torna uma demanda para a mobilidade na região.

Podemos citar outro exemplo relatado anteriormente, o qual dialoga com a realidade do bairro São Benedito. Refere-se ao estudo de caso do Morro da Providência, no centro do Rio de Janeiro. Segundo Silva (2014, p. 37), no Morro da Providência e em muitas das favelas brasileiras, a alta densidade populacional, aliada à estrutura orgânica, com vias estreitas e becos, dificulta a instalação de um sistema viário adequado à chegada dos serviços, como caminhão de lixo, ambulâncias. Essa autora menciona que a inexistência de mapeamento, identificação e reconhecimento de logradouros também funciona como um obstáculo à criação de um plano de circulação viária, localização das demandas por serviços e a efetivação das entregas de correios e mercadorias aos moradores (SILVA, 2014).

As áreas informais de Vitória, hoje, possuem uma boa oferta de serviço e infraestrutura: tem escola, unidade de saúde, o ônibus chega e ocorre coleta de lixo todo dia. Atualmente, no município não se encontra uma favela com esgoto correndo a céu aberto, com lixo desenfreadamente largado, porque mesmo que você tenha algum ponto irregular de lixo, em geral a coleta é feita todos os dias, senão os resíduos estariam muito mais acumulados. Os moradores da capital, que residem em imóveis em situação de risco geológico ou estrutural, contam também com o Bônus Moradia, que dá suporte financeiro para a compra de outro imóvel.

Para a colaboradora técnica da PMV, esses benefícios ou condições atribuídos aos moradores das áreas informais não deveria ser o suficiente para que os moradores fiquem satisfeitos, mas somada aos benefícios da PMV inflacionam o mercado. Assim, segundo a referida servidora:

> "as pessoas sabem que as pessoas estão alugando o imóvel com o recurso da PMV e isso aumenta o valor tanto da compra quanto do aluguel. Tá inflacionado!".

Estudo de caso semelhante à temática desta pesquisa foi realizado na comunidade de South of Market (SoMa) em São Francisco – EUA. Nesse estudo, Paker (1998) descreve que um dos prestadores de serviços, sem fins lucrativos, desenvolveu um mapa vivo do bairro, que foi uma ferramenta importante para ajudar na batalha contra a gentrificação da comunidade residencial descontrolada. Entre os resultados obtidos, destaca-se o fato de que muitas empresas estavam começando a se mover, citando problemas com rendas crescentes e despejos, devido às pessoas estarem construindo, demolindo e renovando suas habitações em estilo *loft*.

Tal articulação forçou o Departamento de Planejamento a se envolver em seu próprio estudo utilizando a mesma metodologia usada pela comunidade: GIS. Em seguida, foram realizadas uma série de oficinas de planejamentos públicos para determinar onde deveriam ser criadas zonas de proteção industriais e de uso misto e bairros planejados. O deslocamento devido à gentrificação foi descoberto. Sem o GIS, este tipo de análise teria sido quase impossível de fazer (PAKER, 1998).

Já no Morro da Providência, centro do Rio de Janeiro, a gentrificação surge depois de um processo de especulação fundiária e imobiliária que elevou o preço dos terrenos disponíveis.

2. Identificação do perfil dos atores:

Levando em consideração o estudo de Rambaldi et al (2006), que também propõe proposta para mapeamento participativo, inferimos que na fase de planejamento devemos levar em consideração cada caminho construído, pois cada caminho tem implicações no papel dos envolvidos, de acordo com o tipo de participação praticada. E, sob essa questão, a profissional técnica do "Mapa do Bem" deixou bem marcada em sua entrevista de validação da metodologia:

> "Quando a gente pensa num caminho metodológico, a gente pensa num caminho que se faz ao caminhar. Quando você fala que sua metodologia só serve para tal lugar, talvez possa servir para outro, alguém pode prostituí-la e fazer dar certo de outro modo e ligar e falar obrigada, peguei sua dissertação e só fiz alguns ajustes e deu super certo, eu acredito nisso".

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Para o pesquisador Arnstein (1969), objetivando dar visibilidade às diferentes formas e participação, criou uma ordenação, em forma de escada, situando no nível inferior a manipulação dos sujeitos, indicando que não há uma participação propriamente dita e no topo da escada os cidadãos teriam controle completo do processo. Chambers (2006) reconstruiu a escada e a denominou "escada de participação com papéis e responsabilidades". Assim, a participação pode variar de um mero personagem figurante, em que a população apenas obedece e o agente externo possui todo o controle, até uma participação em que a população é auto-mobilizadora e controla o processo. Deve-se ressaltar que cada comunidade tem suas necessidades e variações específicas.

Para McCALL e Dunn (2012, apud ROQUETE, 2015), a 'escada de participação' não implica, porém, que a máxima participação deve ser sempre almejada, mas deve ser apropriada às tarefas, competências e relações específicas entre atores.

Cargo e Mercer (2008, apud SYDENSTRICKER NETO, 2008, p. 82), ao abordarem a questão da participação, identificaram as seguintes razões para os diferentes níveis e momentos de se inserir no processo: "[...] especialidade ou competência (expertise), acesso a recursos e informações, interesse e habilidade de representar potenciais usuários, beneficiários e outros indivíduos com algum tipo de interesse (*stakeholders*)".

O ideal para que a conclusão do projeto seja a mais satisfatória possível é o trabalho de uma equipe multidisciplinar envolvida. No caso do "Mapa do Bem" são três professores pesquisadores de diferentes áreas como Psicologia, Engenharia Cartográfica e Letras, todos eles ligados diretamente ao projeto. Os bolsistas e grupos de pesquisadores estão ligados indiretamente à Informática, à Geografia, à Biologia, à Engenharia de Agrimensura e outros, portanto, consolidando uma equipe e trabalho multidisciplinares. No modelo proposto por Pereira (2009), essa é a denominada equipe técnica.

Para o envolvimento de não acadêmicos temos diversos motivos considerando que em qualquer comunidade existem várias partes interessadas, com diferentes conceitos, vivências, níveis econômicos e objetivos. As relações de poder também aparecem nesse contexto interno e podem influenciar as decisões finais. As demandas e percepções são muito diferentes, depende muito do grupo com o qual se esteja conversando. Às vezes, tem muita gente participando, mas as pessoas estão ali com o mesmo olhar. Foi-nos relatado um exemplo clássico disso pela técnica colaboradora da PMV. Nas palavras dessa agente, tem-se que:

> "Isso aconteceu com o orçamento participativo. Se mobilizou um grupo e gerou uma demanda em Santa Martha (região informal de Vitória). As mães queriam uma creche e os homens um campo de futebol, quem se mobilizou foram os homens, então o campo de futebol ganhou de muito. O município cria uma instância participativa, é o momento da participação e as pessoas que poderiam ir lá não vão. Como é que você vai dizer que a outra demanda é prioritária?".

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Esses são os segmentos interferentes no processo participativo denominados por Pereira (2009) que podem ser proprietários de bar, representantes de um grupo religioso, confeiteiras, mães e homens na disputa por seus interesses, como no caso acima.

No mapeamento participativo temos envolvidos diversos usuários (que podem ser pessoas físicas ou jurídicas), o poder público e a sociedade civil organizada. No caso do "Território do Bem", como exemplo, temos: a comunidade com seus vários segmentos e interesses, a PMV e a ONG AAI, respectivamente. A ONG foi quem trouxe a demanda e receberá o produto final. Além disso, a AAI é quem determina qual o público a ser mobilizado e atingido. Ou seja, o projeto "Mapa do Bem" só existe porque a ONG está presente no território. Cada um desses grupos possui distintos interesses. Esses interesses são apresentados e negociados no grupo de trabalho, denominado, assim, por Pereira (2009).

O grupo de trabalho é formado por atores heterogêneos (*stakeholders*), tendo em sua composição representantes de todas as forças sociais interessadas na temática. O grupo de trabalho é o segmento que traça as ações estratégicas da metodologia, atua na mobilização dos segmentos e toma as decisões. Deve-se atentar para a questão da representatividade no grupo de trabalho, pois as decisões impactarão a todos, como vimos no exemplo mencionado acima. Todas as regras (quem vota, quem e como representa, quem tem assento no grupo de trabalho, qual será a equipe técnica) devem ser previamente conhecidas e aceitas pelos envolvidos, de modo a garantir a legitimidade do processo.

"É importante definir quem deve participar, em que fase do projeto um determinado grupo ou indivíduo deve ser chamado a participar e, finalmente, a que objetivo específico essa participação atende" (SYDENSTRICKER NETO, 2008, p. 82).

Possuir no grupo de trabalho um "Fórum do Bem" favorece e adianta muito os trabalhos a serem realizados. O Fórum já é uma alternativa aos grupos já formados como o de lideranças e associações comunitárias. Eles já passaram por um processo de participação voltado para um todo. Começar a fomentar isso em outro grupo demora muito até chegar no nível que os outros estão, razão pela qual talvez seja mais adequado pegar um novo grupo e inserir nesse contexto, porque senão é rompida uma participação que vem de longa data.

Existe também um caso de sucesso na Poligonal 2, região instituída pela PMV e que compreende os bairros do Forte São João, Romão e Cruzamento. Segundo a técnica colaboradora da PMV, nessa região, a população instituiu o que denominaram de Conselho Comunitário. Inicialmente, eles identificavam-se como pertencentes a três bairros, mas com o passar do tempo, empoderaram-se de tal forma que eles deliberavam sobre o que ia ser feito ou não na comunidade. Perceberam que juntos são mais fortes.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A PMV tenta fazer um processo de construção de lideranças através de cursos de capacitação em que aprendem sobre cidadania, direitos e como eles devem se envolver nesse processo. Primeiramente, aparecem muitas pessoas, mas a identificação de quem vai de fato permanecer como liderança, como ponto focal e que venha a ser um articulador demora pelo menos um ano. Algumas lideranças despontam depois desse processo. Mesmo em locais com lideranças formais consolidadas, a prefeitura realiza esse trabalho com o intuito de oferecer a oportunidade de novas lideranças surgirem. Dessa forma, é formado o espaço da comissão de moradores, que não pode ser confundido com o espaço do movimento comunitário, associação de moradores ou outras entidades.

Entender a qualificação da participação e as relações entre esses atores contribuem para identificar um denominador comum e concluir com sucesso o processo de mapeamento participativo. Dentre essas relações, podemos citar, como exemplo, as divisões religiosas, a cultura, o grau de parentesco, a atividade econômica desenvolvida e outros. Para que esse entendimento ocorra mais adequadamente, Acselrad (2013) aponta como ideal, fazer um estudo etnográfico da comunidade. Em nosso entendimento, importa também considerar os elementos do espaço, formulados por Milton Santos.

As visões diferentes de atores internos por si só já justifica a participação que enriquece e complementa um ao outro. Na literatura, alguns autores também sugerem questões que ajudam a definir qual é a melhor combinação de participação entre colaboradores:

> "os valores que embasam o projeto, os resultados esperados, a implementação do projeto, a utilização ou aplicação adequada dos resultados do projeto, incluindo a continuidade e sustentabilidade de ações e, finalmente, a legitimidade do processo como um todo" (CARGO e MERCER, 2008, apud SYDENSTRICKER NETO, 2008, p. 83).

Sydenstricker Neto (2008) ainda aponta sugestões para que a participação estabeleça-se e o resultado seja o esperado, como:

> "identificação e engajamento dos participantes, formalização das parcerias, mobilização e envolvimento efetivo dos indivíduos em atividades concretas para executar o projeto e sustentar a parceria e colaboração até o final do projeto. Em paralelo e em consonância com essas atividades, ocorrem monitoramento, avaliação e os necessários ajustes de conduta para o bom andamento do projeto proposto" (SYDENSTRICKER NETO, 2008, p. 84).

Para esse teórico, a diversidade de elementos e atores sociais que se relacionam de forma a produzir o espaço impõe que o espaço seja considerado em sua totalidade. De acordo com Santos (2002), o interesse é captar como a sociedade escreve a sua história e como o espaço a influencia. Homens, firmas, instituições, meio ecológico e infraestruturas devem ser avaliados, pois interferem diretamente no comportamento e na participação.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A técnica colaboradora da PMV, conhecedora das áreas de ocupação informal na cidade de Vitória e com muita experiência em participação, planejamento e execução de projetos, mostrou-nos várias realidades encontradas na região da Grande Vitória. Em geral, as comunidades são menos articuladas e participam com um foco muito no individual. Assim, sendo, não se tem uma continuidade. Em muitas regiões da Grande Vitória, tem-se que definir estratégias para a entrada, e isso dependerá muito da característica da região. Ou entra pelas escolas, ou pelos agentes comunitários de saúde ou pela Igreja.

Segundo a colaboradora entrevistada, monta-se um escritório dentro do local com a intenção de ampliar o diálogo com as pessoas da comunidade. Divulga-se que são da PMV e que estão fazendo um trabalho e estarão abertos em tais horários para escutar as demandas. A entrevistada justifica ainda, afirmando:

> "Porque às vezes as pessoas para saírem lá de São Pedro (bairro informal de Vitória) e virem aqui no Palácio do Governo, não vão saber a quem procurar, o que falar, se será bem recebido ou não. Então a gente vai lá e abre as portas desse espaço para a comunidade. É o primeiro contato".

Em um segundo momento, identificam-se as possíveis lideranças as quais podem ser capacitadas. Muitas vezes essas pessoas não possuem ligação com entidade nenhuma e nunca participaram de nada até por falta de oportunidade. Os equipamentos existentes na região também são identificados, assim como os líderes comunitários, presidentes de associações comunitárias etc.

A colaboradora da PMV diz ainda que a sensação que possui é que o quê enfraquece o grupo são determinadas lideranças e não o tráfico. A resistência das associações de moradores em tratar a região como única ou ainda só de trocar a liderança comunitária já enfraquece todo o grupo. Quando os participantes estão unidos, a força é maior. As reuniões são feitas em locais neutros como na unidade de saúde para que todos possam participar. Algumas vezes foi necessário fazer a mesma reunião em bairros diferentes e vizinhos. Todos têm que entender essa dinâmica, quem chega de fora e a comunidade também. Não é possível construir-se uma quadra em cada microterritório. A PMV tem que resolver da melhor forma. Exemplo: no morro da Conquista havia uma demanda por uma creche e uma escola de nível fundamental. O raciocínio da prefeitura foi colocar a creche no alto, em função do deslocamento ser menor e as crianças serem menores, e a escola ficaria na baixada, porque os meninos podem ir sozinhos. Ao se conversar com a comunidade, a demanda era o contrário, porque em cima os meninos ficam protegidos, já que eles são mais visados pelo tráfico do lado rival, e as crianças eles preferiam levar e buscar. Então, esse é o exemplo de um pensamento que vem da nossa lógica e vivência e não da deles, por isso é necessário fazer uma imersão no território.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

No estudo de caso de Londres, Harrison e Haklay (2002) adotaram uma metodologia qualitativa para explorar a relevância de PPGIS para mobilizar. Isso influenciou na coleta de dados, no recrutamento, na estrutura e no comportamento da oficina, na abordagem para análise no uso do SIG como ferramenta de planejamento. Recrutaram pessoas com alguma experiência do sistema de planejamento local, para que os participantes pudessem comparar as suas experiências existentes do sistema de planejamento com a sua experiência em SIG.

No referido estudo inglês, na primeira oficina os participantes eram ativos na comunidade e em organizações ambientais, além de terem ampla experiência do sistema de planejamento local. Já na segunda oficina, os participantes foram recrutados de acordo com o interesse em participar do projeto.

3. Elaboração de material informativo:

Material das oficinas deve homogeneizar as informações para o grupo de trabalho, a fim de auxiliar no bom entendimento do processo, já que possuímos pessoas com vários graus de entendimento teórico, técnico e experimental. Caso isso não ocorra, o material deve ser revisto e adequado para que não prejudique a tomada de decisão participativa. Deve-se avaliar também o uso de cartilhas. A participação de acadêmicos em projetos participativos justifica-se por várias razões como, por exemplo, fornecer o suporte teórico que fundamenta o projeto, conduzir as metodologias específicas, trabalhar sobre problemas específicos "[...] que exigem algum conhecimento mais rigoroso ou aprofundado, traduzir conceitos abstratos em procedimentos concretos e agir como facilitador e gerenciador de rotinas que mobilizem os envolvidos" (SYDENSTRICKER NETO, 2008, p. 83). Devido à especialização cada vez maior em todas as profissões, o ideal para que a conclusão do projeto seja a mais satisfatória possível é o trabalho de uma equipe multidisciplinar envolvida.

No que se refere à **fase II**, ela será composta pelas atividades descritas abaixo:

1. Caracterização da problemática

A prefeitura avalia as possibilidades de mobilidade na região. Como exemplo, temos a fala da colaboradora da PMV:

> "Você pensa, vamos levar o ônibus até lá, só que você leva o ônibus e as pessoas começam a comprar carro, os carros não têm onde parar e aí as pessoas estacionam na rua. O ônibus vai subir e não tem onde parar, vai descer um caminhão, pára tudo, não consegue fazer um retorno, então a gente tem evitado essa via porque a gente viu que é mais problema".

Quando conversamos com a colaboradora da PMV ela ainda nos informou que hoje nos morros de Vitória, as pessoas não conseguem mais subir rapidamente, sem mexer com grande parte da população, o que é um transtorno.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

> Tinha uma demanda na comunidade pequena no centro de Vitória, que ia remover 40% da população para fazer a rua chegar lá em cima. Aí você para e pensa, porque eu vou fazer essa rua se eu vou ter que remover todo mundo para a rua chegar lá? Vai sobrar quem para ser atendido por ela? E acaba que nesses lugares você não consegue fazer via adequada com soleira das casas. A rua passa e a casa tá lá em cima, então essa casa continua não tendo acesso direto para a rua. Analisando tudo isso, vemos que às vezes, a solução, inicialmente pensada, não é uma solução ideal para os morros de Vitória, hoje.

É importante, nesse momento, deixar o grupo ciente que tudo que decidirem terá implicações; todas as intervenções realizadas no meio ecológico deverão ser avaliadas. A área de informal passa a ser formal e impostos passarão a incidir sobre o valor do imóvel, que também é valorizado. No entanto, muitas pessoas vendem porque não conseguem pagar os impostos ou porque terão algum tipo de rendimento em relação àquele terreno e deslocam-se para outro lugar. Essa é a chamada gentrificação, já exemplificada e avaliada na **fase I,** no "Território do Bem". Também podemos associar a localização central e uma vista privilegiada de toda a cidade e das praias para que a gentrificação ocorra.

Apresentação dos procedimentos de mapeamento participativo (se necessário, com oficinas formativas):

O mapeamento livre significa que o mapa está nas mãos dos usuários e não mais dos cartógrafos e cientistas de Sistema de Informação Geográfica (SIG). Isso já é uma realidade em alguns grupos, mas para outros a falta de conhecimento das tecnologias ou dos próprios mapas representa um obstáculo. Nesse primeiro momento, devemos nos adequar à realidade de cada comunidade, respeitando as habilidades individuais e o domínio dos conhecimentos sobre a alfabetização cartográfica e tecnológica.

Em estudo de caso sobre mapeamento participativo realizado na África do Sul, a metodologia de pesquisa utilizada nesse estudo combinou os mapas convencionais com uso de SIG. Foram também realizados exercícios de mapeamento mental com os participantes, que tanto foram desenhados como fotografados, gravados e transcritos. Três foram os tipos de público escolhidos para a participação: pessoas que já se beneficiaram do programa de reforma agrária, as pessoas que já tinham apresentado suas reivindicações e ainda estão para se beneficiar e as não-beneficiadas. Essas pessoas eram de diferentes tribos ou comunidades. A informação gerada pela população foi integrada em um formato multimídia ao SIG, concluindo-se que essa informação tem o potencial para se tornar uma poderosa ferramenta para a tomada de decisões em torno da reforma agrária. Porém, a conexão com as políticas locais e a identificação com o projeto foi difícil o que demonstra que a produção e utilização do sistema é localmente dependente.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Já no estudo de caso de Londres, nas oficinas, os facilitadores treinados trabalharam junto aos participantes para ajudá-los a navegar a sua maneira no sistema, e, para auxiliar a responder as perguntas. Desse modo, mesmo aqueles que usaram computadores pela primeira vez foram capazes de ganhar alguma experiência de base do sistema. Os facilitadores, chamados de "guias", eram pesquisadores e estudantes de Pós-Graduação familiarizados com SIG, com o conteúdo do sistema específico e com os objetivos do *worksho*p. O estudo desenvolveu um SIG interativo utilizando-se o Arcview da ESRI. Todos os entrevistados eram predominantemente brancos e de classe média, e se sentiram "marginalizados", tanto pela sua falta de experiência do sistema de planejamento quanto no SIG público (HARRISON e HAKLAY, 2002).

No estudo de Lima e Costa (2012), realizado no Pará – Brasil, a metodologia foi composta por observação, através de oficinas, na qual a ênfase foi dada aos símbolos produzidos para a legenda do mapa. Foram realizadas as seguintes etapas: produção de croquis, georreferenciamento dos elementos socioculturais, adaptação gráficas dos croquis e confecção final do mapa. Na etapa de georreferenciamento, os jovens eram auxiliados pelos pesquisadores no processo sobre a forma correta de usar o GPS; os dados foram lançados no programa *Trackmaker*, para identificar e renomear a localização dos pontos, assim como digitalizar as trilhas percorridas e os desenhos foram digitalizados e vetorizados, a partir do programa Corel-Draw 5X. Segundo os autores, no mapeamento e na Cartografia Social, os participantes reconheceram e se sentiram apoderados politicamente do mapa produzido.

No que se refere à **fase III**, ela será composta pelas seguintes atividades:

1. Adequação do procedimento de mapeamento a ser utilizado por cada segmento (croqui, SIGP etc.).

A equipe técnica deve avaliar quais os melhores procedimentos de mapeamento participativo a serem utilizados por cada segmento. Informar-se-á a respeito da existência de internet na região e se os computadores comportam os programas sugeridos, o que será compatível com a realidade da comunidade. Algumas perguntas fomentarão as análises, tais como: usar o GPS, o mapa mental, o OMS e/ou foto georreferenciada? A imagem de satélite? Ou podemos usar todos? Existe verba? E pessoas disponíveis? Cada caso irá se adequar à necessidade de sua realidade, conforme vimos nos estudos de caso acima.

O material e os meios de elaborar mapas, seja papel ou SIG, a forma como os participantes são incluídos e a relação de poder interferem sempre nos resultados. "O comportamento dos facilitadores e dos controladores é determinante para o sucesso do processo" (RAMBALDI et al., 2006, p. 107).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Harris e Weiner (2003), ao discutirem a implementação de um SIG para a reforma agrária na província de Mpumalanga, África do Sul, abordaram questões como: acesso da comunidade à tecnologia, dados e conhecimentos, bem como a forma em que as comunidades *pós-apartheid* estiveram representadas dentro de um SIG coordenado pelo Estado. E ainda, como eles gostariam de ver a sua terra usada se eles tivessem acesso à terra em um programa de reforma agrária.

Já no caso de SOMF em São Francisco - EUA, foi criado um "guia de bairro *on-line*" e uma "Cooperativa de compra *online*", que vai se tornar parte de um *website* global interativo para a *South of Market* comunidade. Para os que não têm computadores, o site estará disponível através de quiosques públicos localizados em todo bairro. Não resta dúvida de que o mapa vivo do bairro possui um grande potencial no desenvolvimento de comunidades em uma era da crescente globalização econômica e da internet (PAKER, 1998).

Paker (1998) lembra que o mapeamento baseado na internet é aplicável apenas em lugares onde a conexão com a internet e energia elétrica baratas estejam disponíveis. No caso do bairro São Benedito, existem as *LAN houses*. A conexão à internet deve ser preferencialmente de alta velocidade. As comunidades também precisarão de acesso a equipamentos de vídeo, câmeras digitais e ou ainda um *smartphone* para a gravação do conhecimento local.

2. Apropriação da temática e elaboração do mapeamento participativo:

No bairro São Benedito, os moradores já estavam apropriados da temática e demandaram a abordagem do tema da mobilidade e também dos pontos gastronômicos e de cultura do "Mapa do Bem". Nos locais, em geral, deve-se mostrar o que o trabalho pretende: entender, levantar as proposições, conversar com os órgãos competentes, estudar a viabilidade com as forças etc. Todo esse processo visa a gerar uma proposta de abertura de vias para melhoria da mobilidade. Nesse momento, mostra-se o motivo de se abordar a temática da mobilidade.

Assim, é importante reforçar acerca das dificuldades geradas aos moradores com os impactos oriundos a partir do problema da mobilidade no bairro São Benedito. Conforme já analisado, podemos citar, como exemplo, o problema dos Correios com o CEP e também a dificuldade de mobilidade que as pessoas, as quais necessitam de ambulâncias e serviços de entrega sofrem no São Benedito. Segundo os entrevistados:

> Morador B – "Ah [...]. O correio (não vai) Não [...]. Sim, alguns locais num tem rua; tem rua que tem dois, três CEPs, então aqui além de CEP diferente [...]. Deixa eu te dar um exemplo prático: o beco que a gente mora, eu e Marly mora, Rua do Cafezal, não é?".

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> Agente – "É [...]. A prefeitura considera aquilo ali como Gurigica. Se perguntar para mim eu vou falar que é moro em São Benedito, mas para a prefeitura ali é Gurigica; o correio também tem outros nomes".
>
> Morador B – "A comunidade tem que ajuda a faze isso, já tive que fazê isso, tem que levar a pessoa atéééé na ambulância, que só vai na principal. Ás vezes tem gente que usa cadeira de roda e tem que fazer exame periódico, ou que são mais idosos e não podem sair de casa [...] Eu não sei como fazem com essas pessoas, mas dão um jeito. Não conheço muito bem essa realidade".
>
> Moradora C - "O gás foi entregar lá em casa, e tive que ir lá em cima buscar. Liguei e ele ficou perdido lá em cima".

3. Fornecimento de subsídios para a fase IV (entrevistas, depoimentos etc.):

Cada segmento vai fazer o mapeamento dele, do próprio segmento, do entendimento dele, do negócio dele, do que for melhor para ele. Como exemplos nos estudos de casos avaliados, temos: o estudo de Harris e Weiner (2003), na África do Sul, que entrevistou grupos de homens e mulheres separadamente e convidou os grupos a desenhar um mapa de como eles gostariam de ver a sua terra usada se eles tivessem acesso à terra em um programa de reforma agrária. E o caso de SoMa, São Francisco – EUA, estudo descrito por Paker (1998), em que entrevistas revelaram a gentrificação que estava ocorrendo no local já que muitas empresas estavam começando a se mover.

No que se refere à **fase IV**, essa será composta pelas atividades descritas:

1. Análise dos diversos mapeamentos realizados:

O grupo de trabalho irá colocar todas as demandas dos segmentos em questão e mostrará o que cada segmento precisa ou deseja. O grupo analisará a viabilidade de se juntar alguma das ideias que foram levadas para o grupo ou então concluirá que só é possível trabalhar com uma das ideias.

2. Decisão sobre encaminhamentos atinentes à temática:

Serão tomadas decisões sobre os encaminhamentos. No bairro São Benedito, tanto o segmento da comunidade quanto o da prefeitura querem a ligação desse bairro com o bairro Bonfim.

No que se refere à **fase V**, essa será composta pelas atividades elencadas a seguir:

1. Apropriação das decisões tomadas pelo grupo de trabalho na fase IV - observação do mapa composto a partir dos diversos produtos gerados:

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Cada segmento investigará o que foi decidido na **fase IV** e avaliará se concorda ou não. Não é possível realizar uma previsão desse momento já que depende do que acontecerá anteriormente. Podemos usar mais uma vez como exemplo o mapa feito na África em que o mapa formal realizado com SIG foi sobreposto ao mapa mental. Segundo as conclusões obtidas por Harris e Weiner (2003, p. 70), temos que:

> "[...] paisagem política e lutas pela inclusão de histórias espaciais da comunidade socialmente diferenciados e mapas cognitivos em um SIG para produzir representações de ecologias políticas locais e regionais. Formas não-hegemônicas de conhecer e explorar a natureza e ambiente foram incorporados ao SIG multimídia".

2. Elaboração de estudos de viabilidade técnica das decisões formadas pelo grupo de trabalho (mapa ideal X mapa possível):

Avaliação do que foi apontado como necessidade ou desejo de todos. Serão feitos os estudos de viabilidade. Como exemplo, temos o sonho da população de possuir um teleférico articulado entre as comunidades do "Território do Bem".

No que se refere à **fase VI**, essa será composta pelas seguintes atividades:

1. Apropriação dos resultados de viabilidade (mapa possível):

Mapa possível mais projeto que o segmento/participação trouxe junto com o projeto que a equipe técnica considerou viável.

Apresentação de cenários dentro das diversas possibilidades demandadas e estudadas, devido a sua viabilidade econômica, técnica etc.

No caso da mobilidade nas áreas informais, um exemplo frequentemente mais viável é a via de microtrator que percorre o morro. Nessa via, mesmo que não se consiga transitar de carro, irá facilitar a circulação de moto, bicicleta, maca e outros.

Segundo a colaboradora técnica da PMV, a prefeitura tem tido dificuldades em abrir vias carroçáveis, porque as áreas já estão muito adensadas e, então, envolve um processo de desapropriação e remoção que é muito grande e acaba que não faz uma rua como, realmente, é demandada. A prefeitura estuda outras formas de mobilidade: o próprio *funiculaire*, o elevador e até o teleférico. A colaboradora da prefeitura continua destacando que até captação de recursos conseguiu-se para a execução dessas intervenções, só que houve algumas resistências por conta da comunidade, principalmente pela inviabilidade financeira desse sistema. Isso ocorreu, porque são sistemas que não se sustentam financeiramente e mesmo que a prefeitura faça-o integrado com o transporte, não se consegue o pagamento pela população da manutenção do sistema. E a profissional técnica concluiu:

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

> ”O município está reavaliando e segurou os recursos que hoje inclusive já não estão mais disponíveis, mas a Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC) continua estudando o tema”.

Existe também a previsão de uma rua no “Território do Bem” e a prefeitura está estudando a ligação sugerida entre o Bairro São Benedito e o Bonfim, mas essa, para se ter viabilidade, provavelmente será na lógica do microtrator, com caixa de dois metros e que vá passar na curva de nível.

Constata-se a alternativa mais adequada após avaliação dos prós e contras.

No que se refere à **fase VII**, essa será composta pelas respectivas atividades:

1. Avaliação dos possíveis impactos das decisões do grupo de trabalho em âmbito local:

Reflete se a solução encontrada realmente é satisfatória.

2. Organização e sistematização das manifestações dos segmentos:

Após a coleta dos dados extraídos dos segmentos estudados, faz-se a sua organização e sistematização, visando facilitar a alocação das ideias e o desenvolvimento do próprio projeto.

No que se refere à **fase VIII**, essa será composta da seguinte forma:

1. Finalização do mapeamento participativo:

Resultado final viável de acordo com a participação e a equipe técnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, objetivou-se organizar um procedimento metodológico para mapeamento participativo com foco na mobilidade urbana em áreas de alta densidade ocupacional e baixa infraestrutura, considerando como área focal de estudo o bairro São Benedito localizado no “Território do Bem”.

Os objetivos específicos foram: 1 – discutir, a partir de revisão bibliográfica e de análise de experiências, o mapeamento participativo, bem como os elementos do espaço geográfico como fundamento para o entendimento do contexto; 2 – analisar alguns aspectos da realidade social da comunidade do bairro São Benedito; e, 3 - propor e testar metodologia de mapeamento participativo na região em estudo.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Em relação ao primeiro objetivo percebemos que o mapeamento participativo ainda é um tema muito novo no contexto mundial e que experiências estão sendo realizadas principalmente em áreas rurais, com grupos tradicionais e pouco nas áreas urbanas de ocupação informal. Percebeu-se que nas áreas urbanizadas, as pessoas, mesmo mais instruídas e de nível socioeconômico mais privilegiado, sentem-se excluídas diante das tecnologias utilizadas, e, que a cartografia vem sendo descoberta e usada como instrumento de combate a hegemonias por movimentos e lutas sociais para colaborar na transformação da sociedade. Por meio desta pesquisa, foi possível avaliar projetos e relatos de mobilidade realizados em região de ocupação informal e comparar com os que foram executados e os que estão sendo propostos na região do "Território do Bem". No presente estudo, analisou-se a importância dos elementos do espaço na contextualização da participação e os diferentes interesses envolvidos dentro de um mesmo segmento e suas forças. A partir dessa perspectiva, concluiu-se que ainda temos muito que evoluir para que o mapeamento seja realmente participativo e os governos acompanhem as mudanças que ocorrem de forma dinâmica, mas que a inovação das tecnologias, como aplicativos em celulares e mapeamentos baseado na internet ou mapas iterativos de fácil acesso, associadas à difusão da internet e à facilidade de uso dessas tecnologias que são georreferenciadas, a população poderá alcançar a participação mais próxima do ideal e ajudar as autoridades a entenderem melhor suas reais necessidades.

Já no segundo objetivo observaram-se os elementos do espaço contidos no bairro São Benedito, conforme descrito por Milton Santos. Esses elementos, assim como os diferentes bairros inseridos no "Território do Bem" são muito diferentes, sendo que os bairros presentes nessa região desenvolveram diferentes histórias ao longo dos anos e formas adversas de gentrificação. Atualmente, não possuímos uma área informal em Vitória como vimos em cidades do entorno. A região do "Território do Bem" recebeu infraestrutura que somada a vários fatores como centralidade e uma das vistas mais bonitas da cidade, tornou-se um local de moradia cobiçado. Percebemos claramente a união das lideranças comunitárias no "Fórum Bem Maior", a organização da comunidade e a presença da ONG Associação Ateliê de Ideias, que possui várias frentes de trabalho; isso faz com que a realidade encontrada por nós seja mais fácil de ser trabalhada; as demandas já foram exaustivamente discutidas e chegam prontas para os pesquisadores. Dessa forma, a obtenção de dados para a pesquisa torna-se mais ágil, as pessoas já estão imbuídas do processo de participação, entendem e valorizam os trabalhos realizados. Muitos já são graduados e pós graduados, comerciantes, pessoas escolarizadas, politizadas e bem informadas com imóveis e automóveis, enquanto outros vivem da criminalidade realizando furtos ou na guerra do tráfico. Uns possuem saneamento básico, casas de alvenaria e outros ainda vivem em casas improvisadas de ripas

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

de madeira construídas sobre palafitas com banheiro no quintal. Realidades e públicos muito diferentes dentro de um mesmo bairro como São Benedito, bairro escolhido para sediar a base da UPP capixaba. Assim, é possível evidenciar que o São Benedito possui uma região e uma população rica em contrastes, unida e determinada. A participação ativa que acontece no "Território do Bem" é fundamental para a mudança que ocorre na vida da comunidade e é referência para o cidadão que possui o objetivo de melhorar a qualidade de vida, independente de seu nível socioeconômico.

Quanto ao terceiro objetivo, a proposta de mapeamento participativo foi aceita e testada no bairro São Benedito, região do "Território do Bem". Não resta dúvida de que tivemos uma maior facilidade de iniciar a metodologia, principalmente porque somos parceiros do LabTTEC no projeto do "Mapa do Bem" e a Agência de Comunicação Varal da ONG AAI já havia passado qual o perfil dos atores que gostariam que participassem do mapeamento participativo. Além disso, o líder comunitário de São Benedito e a presidente da ONG já conheciam as autoras deste projeto há mais de dez anos por outro meio profissional. Consideramos ainda que a problemática também nos foi entregue, tanto a questão da mobilidade quanto a questão da gastronomia e dos pontos culturais, pois esses pontos já haviam sido definidos como demandas pela comunidade.

O projeto do "Mapa do Bem" através da utilização de uma metodologia de oficinas, muito contribuiu para que a proposta metodológica analisada neste estudo fosse concretizada. A previsão de término do projeto Mapa do Bem contemplando todos os bairros do "Território do Bem" é no final de 2016 e até a conclusão desta pesquisa já foram concluídos outros três bairros, como: Floresta, Engenharia e Jaburu. No caso da proposta das oficinas, concluímos serem viáveis tendo em vista o embasamento, os estudos e as avaliações individuais feitas a alguns participantes escolhidos que são envolvidos no "Mapa do Bem" e ainda a uma técnica colaboradora da PMV. Essas pessoas verificaram a clareza, fizeram a validação e o reconhecimento do processo da metodologia através de suas experiências na área de participação.

Quanto às oito fases elencadas na proposta metodológica, fruto deste trabalho, elas estão devidamente fundamentadas e estudadas teoricamente, não sendo testadas por completo, devido às várias dificuldades encontradas no âmbito do bairro São Benedito. Mas, ela representa uma sugestão de como deve ser a metodologia de mapeamento participativo para mobilidade urbana feita por completo em áreas de ocupação informal.

Esperamos que esta proposta possa ser utilizada pela comunidade do "Território do Bem". A pesquisa termina aqui, mas a temática não se esgota. Esperamos ter fornecido uma contribuição para as metodologias de mapeamento participativo.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

REFERÊNCIAS

1. ACSELRAD, Henri (Coord.). **Guia para experiências de mapeamento comunitário**. Rio de Janeiro: ETTERN, 2013.
2. ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Planning Association**, v. 35, n. 4, p. 216-224, jul. 1969.
3. _____. **Lei n. 12.587**, de 03 de janeiro de 2012. Aprova a Lei de Mobilidade Urbana. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em: 8 mar. 2015.
4. CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM**. Ateliê de Idéias e Fórum de Desenvolvimento Comunitário Bem Maior**. Vitória, ES, 2009.
5. CHAMBERS, Robert. Participatory mapping and geographic information systems: whose map? Who is empowered and who disempowered? Who gains and who loses. **EJISDC**, v. 25, n. 2, p. 1-11, 2006. Disponível em: <http://dev.opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/123456789/84/rc248.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 abr. 2015.
6. CORDIOLI, Sergio. **Enfoque participativo**: um processo de mudança. Conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: Genesis, 2001.
7. DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
8. HARRIS, Revor; WEINER, Daniel. Implementing a communit integraled GIS. Perspective from South African fieldwork. In: Graig, W.; HARRIS, Revor; WEINER, Daniel (ed.). **Community Paticipation and Geographic information System**. London: Taylor e Fracys, 2003.
9. HARRISON, Carolyn; HAKLAY, Mordechai. The potential of public participation geographic information systems in UK environmental planning: appraisals by active publics. **Journal of environmental planning and management**, v. 45, n. 6, p. 841-863, 2002.
10. LIMA, Marcos Vinícius da Costa; COSTA, Solange Maria Gayoso da. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. **Revista Geografares**, n. 12, p. 76-113, jul. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/3189/2399>. Acesso em: 15 jun. 2015.
11. MARQUES, Marcelo de Souza; PEREIRA, Pedro Henrique Machado. Sociedade Civil e Participação: A Influência das Ongs na Democracia Brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, **Anais**...., v. 1, n. 1, Vitória, UFES, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/index>. Acesso em: 30 abr. 2015.
12. NAME, Leo; NASCIF, Cristina Lontra. Notas sobre mapas, mapeamentos e o planejamento urbano participativo no Brasil na perspectiva de uma cartografia crítica. **Revista bibliográfica de geografía y ciências sociales**, Universidad de Barcelona, v. 18, n. 1018, mar. 2013. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1018.htm>. Acesso em: 9 abr. 2015. ok
13. OLIVA, Jaime Tadeu. O espaço geográfico como componente social. In: AGB. **Paradigmas da Geografia**. São Paulo: Revista Terra Livre, 2001.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

14. PARKER, C. Living neighborhood maps: The next wave of local community development. In: NCGIA, **Specialist Meeting on Empowerment, Marginalization and Public Participation GIS.** Santa Barbara: CA, 1998.

15. PEREIRA, Andressa Cristiane. **Procedimento metodológico participativo e embasamento em análise multicritério para avaliação de configurações de barramentos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). 2009. 120 f. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Centro Tecnológico, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

16. PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Terra mais igual**: um programa participativo de desenvolvimento humano e urbano. Vitória, 2013. Disponível em: < http://solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2014/03/AF%20-%20ES%20TERRA%20MAIS%20IGUAL_web.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.

17. RAMBALDI, Giácomo et al. Practical ethics for PGIS practitioners, facilitators, technology intermediaries and researchers.**Participatory Learning and Action 54.IEED**, London, UK, p. 106-113, abr. 2006.

18. RODRIGUÉZ, Carlos. Medellín: mobilidade como instrumento de equidade. Apresentação no Workshop Inserção do Transporte Sustentável no Morar Carioca. Rio de Janeiro: IAB/RJ, out. 2011. Disponível: <em:http://pt.slideshare.net/EMBARQNetwork/carlos-rodrguez-medelln-mobilidade-como-instrumento-de-equidade>. Acesso em: 15 jun. 2015.

19. ROQUETE, Maria Elisa Tosi. **Mapeamento Participativo em um contexto de conflito territorial**: e experiência com a população indígena da Chapada do Á, Anchieta – ES – Brasil. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2015, em fase de publicação.

20. SALAROLI, Douglas Rafael. **Análise dos elementos do espaço geográfico no projeto executivo de enquadramento de corpos de água em classes e plano de bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu/ES**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2013. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6814_douglas.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

21. SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

22. _____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EdUSP, 2002.

23. _____. **Espaço e Método**. 5º ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

24. _____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012b.

25. SILVA, Vania Regina Amorim da. **Mobilidade urbana e integração**: o caso do programa morar carioca no Complexo da Providência. 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Disponível em: <http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php/pt-BR/producao-da-rede/dissertacoes-e-teses/2014/822-vania-regina-amorim-da-silva-mobilidade-urbana-e-integracao-o-caso-do-programa-morar-carioca-no-complexo-da-providencia/file>. Acesso em: 15 jun. 2015.

26. SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

27. SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/ rápido participativo (DRP). **Em extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/viewFile/ 20380 /10850>. Acesso em: 9 abr. 2015.

28. STEINBERGER, Marilia. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: LGE/ Parelelo 15, 2006.

29. SYDENSTRICKER NETO, J.. Mapeamentos participativos: pressupostos, valores, instrumentos e perspectivas. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 10, n. 2, nov. 2008. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/201/185>. Acesso em: 15 jun. 2015

30. VARGAS, Ana Carolina Colmin. **A problemática da participação no âmbito institucional das Organizações Não-Governamentais**: uma perspectiva psicanalítica de sujeito, grupos e instituições. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <file:///H:/Documents%20and%20Settings/Convidado/Desktop/ vargas_me.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2015.

31. VILAS NOVAS, Bruno. **A (re)construção do espaço público no morro de São Benedito, Vitória/ES**. 2011. 198 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2011.

Artigo recebido em 30 de outubro de 2015.
Artigo aceito em 9 de dezembro de 2015.